



**Simulado Final**

**TJ ES**

**Analista Judiciário  
Oficial de Justiça Avaliador  
Pós-Edital**

# Simulado

Simulado TJ ES Analista Judiciário (Oficial de Justiça Avaliador)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ ES Analista Judiciário (Oficial de Justiça Avaliador);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

## PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJES-AJOJA-04-03-23>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	47 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra***Texto 1**

A quarta geração de direitos é crucial para enfrentar os desafios globais do século XXI, como as mudanças climáticas, a globalização e a tecnologia. Esses desafios exigem soluções coletivas e transnacionais, que só podem ser alcançadas com o reconhecimento e proteção dos direitos difusos e coletivos. Além disso, esses direitos são importantes para garantir a justiça social e a proteção dos grupos vulneráveis e marginalizados, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

Em resumo, a quarta geração de direitos representa uma evolução na concepção dos direitos humanos, reconhecendo a importância da proteção dos interesses coletivos e difusos que transcendem as fronteiras nacionais e individuais. Esses direitos são fundamentais para enfrentar os desafios globais do século XXI e garantir a justiça social e a igualdade de oportunidades para todos.

- 01.** Infere-se do texto que o século XXI promoveu transformações globais que conduziram a uma nova geração de direitos.
- 02.** Segundo o texto, o reconhecimento dos direitos difusos é essencial para que se encontrem soluções para os desafios do atual século.
- 03.** No segundo parágrafo, o termo 'que' é um pronome relativo que exerce a função de complemento.
- 04.** No segundo período, o termo 'dos direitos difusos e coletivos' exerce a função de complemento nominal.
- 05.** No primeiro período do segundo parágrafo, se fosse inserida uma vírgula após o termo 'difusos', a correção seria mantida, mas o sentido seria alterado.

**06.** No último período do texto, o termo 'para todos' exerce a função de adjunto adverbial.

**07.** A oração 'Esses direitos são fundamentais para enfrentar os desafios globais do século XXI e garantir a justiça social e a igualdade de oportunidades para todos' poderia ser reescrita da seguinte forma: 'Esses direitos são essenciais não apenas para encarar os desafios globais do atual século como também para assegurar a justiça social e a igualdade de oportunidades a todos'.

**Texto 2**

O artigo inaugural da Constituição Federal estabelece que o Brasil é regido segundo as regras do Estado Democrático de Direito e possui como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa. Essa previsão de regência pelas regras do Estado de Direito se traduz no chamado império da Lei, pois o poder da lei está acima da lei do poder.

O Estado cria a lei e, ao mesmo tempo, se submete a ela. Nesse cenário, destaca-se o papel exercido pela Constituição Federal. Pois, além de se constituir em um Estado Democrático de Direito, o Brasil funda-se nos conceitos de um Estado Constitucional, regido por uma Constituição, de modo que toda e qualquer lei criada deve respeitar os seus limites e as suas diretrizes, sob pena de incompatibilidade com sistema adotado.

O Estado Constitucional deve assegurar a centralidade da pessoa e a garantia de seus direitos fundamentais como vínculos estruturais de toda a organização política que rege a dinâmica social em todas as suas formas e segmentos. Logo, o Estado deve exteriorizar uma política de atuação apta a garantir o respeito às liberdades civis e, sobretudo, o respeito aos direitos e às garantias fundamentais, prevendo uma efetiva proteção jurídica.

**08.** No primeiro período, a expressão 'é regido' poderia ser substituída, com manutenção da correção gramatical, por 'rege-se'.

09. No último período do primeiro parágrafo, a conjunção 'pois' poderia ser substituída por 'porquanto', com manutenção do sentido.
10. No segundo período do segundo parágrafo, a partícula 'se' poderia ser corretamente anteposta ao verbo 'destaca'.
11. No segundo parágrafo, a expressão 'de modo que' apresenta valor de 'causa'.
12. Na oração 'O Estado cria a lei e, ao mesmo tempo, se submete a ela', as vírgulas poderiam ser substituídas por travessões.
13. A expressão 'sob pena de', no final do segundo parágrafo, pode ser substituída por 'sujeita à determinadas consequências'.
14. No primeiro período do último parágrafo, a inserção de vírgula após o termo 'política' incorreria em alteração de sentido, porém a correção gramatical seria mantida.
15. No último período, o termo 'Logo' pode ser deslocado para depois do verbo 'deve' com manutenção da correção gramatical e do sentido.
16. No último período, o acento de crase em 'às garantias fundamentais' tem caráter facultativo.
17. No terceiro período do segundo parágrafo, a vírgula após a palavra 'pois' é facultativa.

### Texto 3

A pandemia de COVID-19 trouxe à tona a importância da tecnologia para a sociedade, não apenas como uma ferramenta de trabalho e entretenimento, mas também como uma forma de manter a conexão e a solidariedade entre as pessoas. Através de plataformas digitais, foi possível organizar eventos online, apoiar comunidades vulneráveis e promover a conscientização sobre as medidas de prevenção. A tecnologia, portanto, não é apenas um instrumento de eficiência, mas também de empatia e humanidade.

18. Conforme o texto, a tecnologia pode ser usada para promover valores humanos, como a solidariedade e a inclusão.
19. De acordo com o texto, antes da COVID, a tecnologia era ser usada apenas para fins de entretenimento.
20. No primeiro período, a expressão 'mas também' introduz oração adversativa.

### **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

*Antônio Daud*

- Acerca da Ética, da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Anticorrupção, analise os itens a seguir.
21. Trata-se de ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública a indicação política, por parte de detentor de mandato eletivo, de parente de 2º grau para ocupar cargo em comissão, quando não houver sido aferido dolo com finalidade ilícita por parte do agente.
22. Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na Lei de Improbidade Administrativa, não bastando a voluntariedade do agente.

- 23.** A ética consiste no ramo da filosofia que estuda a moral, enquanto conjunto de valores e princípios de determinado indivíduo ou sociedade.
- 24.** A ética se ocupa dos hábitos e costumes de determinados grupos sociais, possuindo caráter temporário e mutável.
- 25.** Havendo a prática de atos lesivos à Administração Pública, como fraudar o caráter competitivo de procedimento licitatório público, as pessoas jurídicas envolvidas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, quando a conduta houver sido praticada em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

*Emannuelle Gouveia*

- 26.** No Windows a forma correta para apagar programas é através da opção “Aplicativos e Recursos” existente no menu Configurações, pois além de apagar apenas o que pode ser apagado também atualiza o Registro do Windows desinstalando o programa.
- 27.** No Word, uma funcionalidade bastante útil é o sombreamento, que se encontra disponível para o usuário na guia Layout e permite que seja colocado um realce no texto similar ao efeito de um marca texto.
- 28.** No Word, o recurso de comentário deve ser utilizado para colocar notas informativas no fim do texto ou no fim da página.
- 29.** Utilizando a planilha eletrônica Calc, o usuário digitou o seguinte comando na célula A1: = MEDIA(A2:A5) . Diante disso, podemos concluir que será calculada em A1 a média aritmética dos valores existentes nas células contidas no intervalo de A2 até A5
- 30.** Na planilha eletrônica Excel, podemos utilizar a Referência Absoluta que consiste em colocar o \$ (cifrão) antes de cada elemento do endereço da célula (coluna e linha) para fixar os mesmos e evitar que sejam alterados quando arrastados
- 31.** No Powerpoint existe o recurso chamado Slide Central que deve ser utilizado como slide base para apresentações. Alterações realizadas nele, serão automaticamente refletidas em toda a apresentação.
- 32.** Um conjunto de empresas que apresentam objetivos em comum criaram uma estrutura de computação em nuvem para suprir as suas necessidades internas de comunicação e armazenamento de dados. Essa estrutura conjunta é um tipo de implementação de nuvem conhecida como Nuvem Híbrida.
- 33.** O serviço de FTP, amplamente utilizado para possibilitar o acesso a distância entre equipamentos, só pode ser utilizado mediante o uso de senha.
- 34.** Backup consiste na realização de cópias de segurança de dados para que, em caso de sinistro, os mesmos possam ser recuperados. A boa prática determina que devemos ter várias cópias e armazená-los em locais físicos distintos.

35. O serviço de Web utiliza na maioria dos casos o protocolo HTTPS que garante a privacidade das páginas e que as mesmas só poderão ser acessadas pelos usuários cadastrados na Intranet das empresas vinculadas à grande rede..

### **RACIOCÍNIO LÓGICO**

*Eduardo Mocellin*

A respeito das proposições lógicas, julgue os itens a seguir.

36. A sentença "Arquive os processos e publique o edital" é uma proposição composta que pode ser representada por  $P \wedge Q$ , sendo P e Q proposições simples convenientemente escolhidas.

37. Considerando a proposição P: "Quando o dólar subir, as exportações aumentarão e as viagens internacionais ficarão mais caras", o número de linhas da tabela-verdade associada a essa proposição é superior a seis.

#### **Texto para as questões 38 a 41**

Considere as proposições P1, P2 e P3:

P1: Se Bernaldo é barista e Ricardo é rentista, Arnaldo não é advogado.

P2: Se Bernaldo é barista e Arnaldo é advogado, Ricardo não é rentista.

P3: Se Ricardo é rentista e Arnaldo é advogado, Bernaldo não é barista.

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

38. A proposição P1 é equivalente a "Se Arnaldo é advogado, Bernaldo não é barista e Ricardo não é rentista".

39. A negação da proposição P2 pode ser descrita por "Bernaldo é barista e Arnaldo é advogado e Ricardo é rentista".

40. Se o argumento formado pela conclusão P1 e pelas premissas P2 e P3 não for válido, suas premissas são proposições falsas.

41. Um argumento que tenha P1 e P2 como premissas e P3 como conclusão será um argumento válido.

#### **Texto para as questões 42 e 43**

Um atacadista recebeu um estoque de maçãs, bananas e mangas. Essas frutas foram carregadas em 160 caixas, da seguinte forma:

- 60 caixas com manga;
- 90 caixas com banana;
- 20 caixas com maçã e manga;
- 30 caixas com banana e manga; e
- 20 caixas com maçã e banana.

Sabendo-se que nenhuma caixa foi carregada com as três frutas, julgue os itens a seguir.

42. Nessa situação, 50 caixas foram carregadas somente com banana.

43. Nessa situação, 80 caixas continham maçãs.

#### **Texto para os itens 44 e 45**

Um juiz deve analisar 15 processos distintos, sendo 5 relacionados a tráfico de drogas, 6 relacionados a estelionato e 4 relacionados a homicídios. Considere que, inicialmente, o juiz selecione aleatoriamente um grupo de 3 processos para serem analisados. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

44. O número de maneiras que o juiz tem de selecionar 3 processos para serem avaliados é superior a 450.

45. A probabilidade de que no grupo selecionado todos os processos sejam relacionados a homicídios é inferior a 0,8%.

**LEGISLAÇÃO LOCAL***Tiago Zanolla*

**46.** Com base na Lei Complementar n. 234/2002, a qual dispõe sobre a Organização Judiciária do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

Cada Comarca compreenderá um município, ou mais de um, necessariamente contíguos, podendo ser dividida em Varas.

**47.** Com base na Lei Complementar n. 566/2010, a qual dispõe sobre a reestruturação e modernização da Estrutura Organizacional Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

O Núcleo de Processamento de Recursos Eletrônicos é vinculado à Presidência do Tribunal.

**48.** À luz do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo, julgue o item a seguir:

A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e nos, entre outros casos de violação das proibições, cometer a pessoa estranha ao serviço, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seu subordinado, não podendo exceder noventa dias.

**49.** No que tange a Lei n. 7854/2004 que dispõe sobre o Plano de Carreiras e de Vencimentos dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário, vencimento básico é o padrão acrescido dos valores referentes às promoções vertical e horizontal. Já vencimentos, o conjunto dos valores referentes ao vencimento básico e as vantagens pecuniárias conferidas ao servidor.

**50.** Segundo Regimento Interno do TJ-ES, as Câmaras Cíveis Isoladas são compostas por até cinco Desembargadores cada, observada a composição mínima de três Desembargadores.

**DIREITO CONSTITUCIONAL***Adriane Fauth*

**51.** Acerca das normas de eficácia plena, contida e limitada, julgue o item subsequente.

As normas de eficácia plena são sempre exequíveis por si sós.

**52.** No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item que se segue:

É legítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica, mesmo em se tratando de vacinas testadas, aprovadas e registradas.

**53.** Em relação aos direitos sociais, julgue o item a seguir:

É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

**54.** A respeito dos direitos da nacionalidade, julgue o item a seguir:

**Situação hipotética:** Pierre, nascido em Paris, na França, naturalizou-se brasileiro no ano de 2007. Entretanto, no ano de 2020, foi condenado, na França, por comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas (cocaína), no território francês, entre os anos de 2010 e 2014. Antes da condenação, em 2019, Pierre passou a residir no Brasil. A França, com quem o Brasil possui tratado de extradição, requer a imediata extradição de Pierre, a fim de que cumpra, naquele país, a pena de oito anos à qual foi condenado. **Assertiva:** Pierre não poderá ser extraditado, pois a Constituição Federal apenas prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, praticado antes da naturalização.

55. No que tange aos direitos políticos, julgue o item subsequente.

É constitucional a cumulação entre a inelegibilidade e a suspensão de direitos políticos.

56. Em relação à organização do Estado, julgue o item.

**Situação hipotética:** A Lei nº 123 do Estado Gama obriga pessoas físicas ou jurídicas, independentemente da atividade que exerçam, a oferecer estacionamento ao público, a cercar o respectivo local e a manter funcionários próprios para garantia da segurança, sob pena de pagamento de indenização em caso de prejuízos causados ao dono do veículo. **Assertiva:** A referida lei estadual é inconstitucional, pois viola a competência privativa da União de legislar sobre matéria concernente ao Direito Civil.

57. Com relação ao processo legislativo, julgue o item a seguir.

Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

58. A respeito do Poder Executivo, julgue o item subsequente.

Compete ao Presidente da República decretar o Estado de Sítio, o Estado de Defesa, a Intervenção Federal e o Estado de Calamidade Pública no âmbito federal.

59. No que tange ao Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia política, administrativa e financeira.

60. Julgue o item no que tange as funções essenciais à Justiça prevista na Constituição Federal de 1988.

O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Câmara de Deputados, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

*Fabiano Pereira*

61. Acerca dos princípios da administração pública, julgue o item a seguir.

Maria Alice, agente de trânsito municipal de Vila Velha/ES, efetivava blitz na Avenida Antônio Gil Veloso, na entrada da Praia da Costa. Enquanto fiscalizava o fluxo de carros, avistou Helena, sua ex-namorada, conduzindo um caminhão de carga. Então, Maria Alice fez sinal à Helena e a solicitou que estacionasse para que sua carga fosse averiguada. Não foi encontrada qualquer irregularidade tanto na carga quanto no caminhão, mas, mesmo assim, Maria Alice lavrou auto de infração em desfavor de Helena, exclusivamente por retaliação.

No caso fictício em tela, Maria Alice violou os princípios constitucionais da Moralidade e Impessoalidade.

**62.** Acerca dos atos administrativos, julgue o item a seguir.

Gabriel, morador do município de Venda Nova do Imigrante, veio à Vila Velha para aproveitar o carnaval com amigos. No domingo, estacionou seu automóvel em cima da calçada, em local proibido. Maria Alice, agente de trânsito municipal, representando o poder público local, procedeu com o reboque do veículo de Gabriel.

No caso fictício em tela, a remoção do bem do particular está calcada no atributo do ato administrativo conhecido como imperatividade.

**63.** Acerca dos poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

O exercício do poder normativo pelos entes públicos caracteriza atuação que compreende tanto a edição de decretos regulamentares, sem inovação de mérito em face da lei regulamentada, quanto também a edição de decretos autônomos em situações expressamente previstas.

**64.** Acerca da organização da administração pública, julgue o item a seguir.

A descentralização por colaboração acontece quando as organizações paraestatais celebram ajuste com a Administração Pública, por termo de cooperação, passando a integrar a Administração Pública.

**65.** Acerca da nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, julgue o item a seguir.

A Prefeitura de Vila Velha/ES, mediante dispensa de licitação, deseja adquirir 12 computadores de mesa para serem utilizados na Secretaria de Meio Ambiente. Nesse caso fictício, considerando as disposições instituídas pela Lei nº 14.133/2021, é dispensável a licitação para contratação, pois os valores são inferiores a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

**66.** Acerca da lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), julgue o item a seguir.

Segundo determina a Lei nº 8.429/1992, a pena de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos até catorze anos e pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial, além da proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a catorze anos, pode ser aplicada a quem utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades públicas mencionadas no texto legal.

**67.** Acerca do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99), julgue o item a seguir.

O recurso administrativo poderá ser interposto, dentre outros, por organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.

**68.** Acerca da Responsabilidade Civil do Estado, julgue o item a seguir.

Em manifestação contra o aumento das passagens de ônibus, ocorreram conflitos entre policiais e manifestantes. Camila, profissional da imprensa, foi ferida por agentes policiais durante cobertura jornalística. Os policiais que agiram no evento portavam câmeras que filmaram todo o ocorrido, atestando que Camila descumpriu ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, passíveis de grave risco à sua integridade física.

No caso fictício em tela, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aplica-se a responsabilidade civil objetiva do Estado, não incidindo excludente da responsabilidade do caso fortuito, em razão da imprevisibilidade dos danos sofridos por Camila.

**69.** Acerca do Controle da Administração Pública, julgue o item a seguir.

O controle da Administração Pública é o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de Poder. Assim sendo, é correto afirmar que o controle legislativo é aquele executado pelo Poder Legislativo sobre os atos da Administração Pública, como, por exemplo, quando o Tribunal de Contas, órgão de controle financeiro que auxilia o Legislativo, realiza o controle externo dos Poderes Executivo e Judiciário.

**70.** Acerca dos Agentes Públicos, julgue o item a seguir.

O desconto em folha de pagamento de servidor público, referente a ressarcimento ao erário, depende de prévia autorização ou de prévio procedimento administrativo que lhe assegure a ampla defesa e o contraditório.

## DIREITO CIVIL

*Paulo Sousa*

**71.** Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia noventa dias depois de oficialmente publicada.

**72.** Será averbada em registro público a sentença que decretar a nulidade do casamento.

**73.** Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Assim, há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

**74.** O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme o caso.

**75.** Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.

**76.** A respeito do contrato de fiança e suas implicações, julgue o item a seguir:

O fiador de mútuo bancário tem legitimidade para, exclusivamente e em nome próprio, pleitear em juízo a revisão e o afastamento de cláusulas e encargos abusivos constantes do contrato principal.

**77.** A União é uma pessoa jurídica de direito público externo, já que é o ente competente para se relacionar com países estrangeiros.

**78.** Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.

**79.** O direito de imagem é a proteção da identificação de uma pessoa perante a sociedade. A esse respeito, julgue o item a seguir:

É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que configura dano moral indenizável a divulgação não autorizada da imagem de alguém em material impresso de propaganda político-eleitoral, caso comprovado o prejuízo.

**80.** A interrupção da prescrição somente pode ocorrer uma única vez, sendo vedada a sua recorrência.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL***Thállius Moraes*

Considerando as regras estabelecidas pelo Código de Processo Civil (CPC), julgue os próximos itens.

**81.** Conforme o princípio da instrumentalidade das formas, os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

**82.** Há impedimento do juiz quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau.

**83.** O Ministério Público deverá intervir sempre que a Fazenda Pública for uma das partes.

**84.** Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras ser realizadas no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido pelo CPC.

**85.** Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração ao número de partes no processo.

**86.** A citação será efetivada em até quarenta e cinco dias a partir da propositura da ação

**87.** O processo é iniciado mediante o ajuizamento da petição inicial, tendo seu curso suspenso na hipótese, dentre outras, de enfermidade grave de qualquer das partes ou de seus advogados.

**88.** A tutela provisória requerida em caráter incidental exige o prévio pagamento de custas.

**89.** O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, ainda que subscrito pelas partes, não terá qualquer eficácia probatória.

**90.** O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.

**91.** A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de quinze dias.

**92.** O recurso adesivo, que deve ser apresentado no prazo das contrarrazões, é admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial.

Conforme regras traçadas pela Lei 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa, julgue o próximo item.

**93.** São legitimados para a propositura das ações cujo objeto seja a aplicação das sanções previstas na lei de improbidade o Ministério Público e a pessoa jurídica lesada.

Considerando as disposições da Lei 9.099/95, que trata dos Juizados Especiais Cíveis, julgue os próximos itens.

**94.** No Juizado Especial Cível a assistência por advogado é obrigatória.

**95.** Não é admissível a citação por edital no Juizado Especial Cível.

---

**DIREITO PENAL**

---

*Antônio Pequeno*

Sobre a aplicação da lei penal no espaço, julgue os itens 96 e 97:

**96.** Pelo princípio da extraterritorialidade, aplica-se a lei penal brasileira aos fatos puníveis praticados no território nacional, quando o agente for estrangeiro;

**97.** O princípio da nacionalidade ou da personalidade permite a extensão da jurisdição penal do Estado titular do bem lesado para além dos seus limites territoriais;

A respeito das hipóteses de exclusão de ilicitude, constantes do Código Penal, julgue os itens 98 a 100

**98.** No estado de necessidade, ainda que seja razoável exigir o sacrifício do direito que se visou salvar, o agente restará isento de pena.

**99.** A legítima defesa é justificável para repelir injusta agressão a direito próprio ou a direito alheio.

**100.** O estado de necessidade é justificável apenas para salvaguarda de direito próprio, não englobando direito alheio.

**101.** No interior de serventia extrajudicial, Ricardo buscava obter determinada certidão. Enquanto aguardava o funcionário, verificou que, do lado de dentro do balcão, havia um compartimento com moedas que eram utilizadas para facilitar a entrega de troco aos clientes. Diante da facilidade da situação, aproveitou para subtrair R\$ 60,00 em moedas, valor que seria utilizado para comprar um presente de aniversário para sua filha. Ocorre que a conduta de Ricardo foi registrada pelas câmeras de segurança, chegando os fatos ao conhecimento da autoridade policial. Foi constatado, ainda, que Ricardo era primária, sem qualquer envolvimento

pretérito com o aparato policial ou judicial. Considerando apenas as informações expostas, a conduta praticada por Ricardo se adequaria, abstratamente, ao delito de furto, podendo ser aplicado o princípio da insignificância, que afastaria a tipicidade da conduta;

**102.** João, servidor público da Secretaria de Fazenda do Estado Alfa, no exercício da função, de forma dolosa, livre e consciente, exigiu tributo que sabia indevido. De acordo com o Código Penal, João, em tese, praticou crime de concussão, cuja pena é de reclusão de dois a dez anos e multa.

Julgue os itens de 103 a 106 no que concerne aos crimes contra a Administração:

**103.** O crime de advocacia administrativa apenas se consuma se o interesse patrocinado pelo agente for ilegítimo.

**104.** O crime de corrupção passiva apenas se consuma quando há solicitação, recebimento ou aceitação de promessa indevida pelo funcionário.

**105.** O crime de concussão apenas se consuma quando a vantagem exigida é efetivamente auferida.

**106.** O crime de abandono de função apenas se consuma se do fato resultar prejuízo público.

**107.** É causa de exclusão da culpabilidade a embriaguez preordenada.

**108.** Um indivíduo agiu prevendo o resultado naturalístico adverso de sua ação, mas esperava que este não viesse a ocorrer. Nesse caso, a conduta do indivíduo corresponde ao conceito jurídico de culpa consciente.

**109.** A tentativa não é punida quando o meio empregado para a prática do crime é absolutamente ineficaz para a consumação.

**110.** O *iter criminis* é composto por fases, entre as quais se inclui a fase de execução, que consiste no ato de separar os meios necessários para a consecução do plano delituoso.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

*Renan Araújo*

**111.** Acerca do inquérito policial e da ação penal, julgue o item abaixo.

O Inquérito policial, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, somente poderá ser instaurado caso haja requerimento de quem tenha qualidade para ajuizar a ação penal privada, eis que o interesse privado na persecução penal é indispensável em casos tais.

**112.** Acerca do inquérito policial e da ação penal, julgue o item abaixo.

Amanda foi vítima de um crime de ameaça (art. 147 do CP), sendo este um crime de ação penal pública condicionada à representação do ofendido, praticado em tese por Rickson. Dois meses após o fato, Amanda ofereceu representação, verbalmente, perante a autoridade policial.

Assertiva: nesse caso, Amanda poderá se retratar da representação, até o oferecimento da denúncia, podendo tornar a oferecer representação posteriormente, desde que ainda dentro do prazo decadencial de seis meses.

### Texto-base para os itens 113 a 115:

Situação hipotética: José, 72 anos, residente em Vila Velha-ES, compareceu a uma loja na cidade de Guarapari-ES, onde realizou a compra de alguns aparelhos eletrônicos, tendo realizado o pagamento mediante a emissão de cheque sem suficiente provisão de fundos. O dono da loja, Ricardo, 36 anos, também residente em Guarapari-ES, tentou realizar o saque do valor indicado no cheque na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ, mas o cheque foi recusado pela agência bancária desta última cidade.

Com base na situação narrada, e considerando que o crime de estelionato possui pena de reclusão, de um a cinco anos e multa, julgue os itens seguintes:

**113.** A competência para processar e julgar o crime de estelionato cometido por José é do Juízo criminal da comarca de Guarapari-ES, em razão de ser o local de domicílio ou residência da vítima, ainda que a recusa do cheque tenha se dado em outra comarca.

**114.** A ação penal, nesse caso, será pública incondicionada, devendo ser instaurado inquérito policial ainda que não haja representação da vítima.

**115.** Como não se trata de infração de menor potencial ofensivo, não serão cabíveis a transação penal e a suspensão condicional do processo, embora seja possível o oferecimento de proposta de acordo de não persecução penal.

**116.** Acerca do tema de provas, com base no CPP e na Jurisprudência do STJ, julgue o item a seguir:

É ilícita a prova colhida mediante acesso aos dados armazenados no aparelho celular, relativos a mensagens de texto, SMS, conversas por meio de aplicativos de mensagens, e obtida diretamente pela polícia, sem prévia autorização judicial.

**117.** Acerca do tema de provas, com base no CPP e na Jurisprudência do STJ, julgue o item a seguir:

No interrogatório do réu, a falta de comunicação ao interrogando sobre o direito de permanecer em silêncio é causa de nulidade relativa, devendo ser demonstrado o prejuízo gerado para a defesa.

**Texto-base para os itens 118 a 120:**

Situação hipotética: Adenor foi preso em flagrante pela prática do crime de latrocínio. Conduzido à presença da autoridade policial, foi lavrado o APFD e feitas as comunicações legais. Na audiência de custódia, o Juízo deferiu o requerimento do Ministério Público e decretou a prisão preventiva de Adenor, para a garantia da ordem pública.

Com base na situação narrada, julgue os itens seguintes:

**118.** Ultrapassado o prazo de 90 dias sem que tenha havido a reavaliação *ex officio* da prisão preventiva decretada, haverá reconhecimento da ilegalidade automática da prisão, com a consequente liberação do preso.

**119.** A competência para o processo e julgamento do crime praticado por Adenor será do Tribunal do Júri da comarca em que o fato ocorreu.

**120.** Embora não haja recurso cabível para impugnar a decisão de decretação da prisão preventiva, a defesa de Adenor, caso não se conforme com a prisão preventiva decretada, poderá impetrar habeas corpus com vistas à revogação da prisão preventiva decretada.

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---